

RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE ANTERIOR - RDQA
PERÍODO DE MAIO A AGOSTO - 2º QUADRIMESTRE DE 2017

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE QUE ELABOROU O RELATÓRIO

Nome: ORLANDO JOSÉ DE SOUZA RAMIRES

Data da Posse: 25/08/2017

1.2 PLANO DE SAÚDE

O Estado/Município tem Plano de Saúde? SIM

Período a que se refere o Plano: 2014 à 2017

Status: Aprovado

Data de entrega no Conselho de Saúde 12/05/2014

Introdução - Considerações Iniciais

O município de Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia, com uma população 519,436 habitantes, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2017). Entre os municípios brasileiros é o 45ª mais populoso e o mais populoso fronteira do Brasil. É a capital brasileira com maior área territorial com mais de 34 mil km².

Em divisão territorial o município é constituído de 12 distritos: Porto Velho, Abunã, Calama, Demarcação, Extrema, Fortaleza do Abunã, Jaci Paraná, Mutum Paraná, Nazaré, Nova Califórnia, São Carlos e Vista Alegre do Abunã.

Tem-se acesso à área rural do município através de via terrestre, sendo esta composta por oito distritos: Jaci Paraná (13.131 habitantes), União Bandeirantes (3.810 habitantes), Mutum Paraná (6.575 habitantes), Abunã (1.648 habitantes), Vista Alegre do Abunã (4.125 habitantes), Fortaleza do Abunã (450 habitantes), Extrema (habitantes) e Nova Califórnia (3.631 habitantes) e a área com acesso por via fluvial é composta por quatro distritos: Calama (2.782 habitantes), Nazaré (626 habitantes), São Carlos (2.001 habitantes) e Demarcação (548 habitantes) e várias localidades espalhadas ao longo de 945 km do Rio Madeira.

As principais causas de mortalidade no município de Porto Velho são as doenças e agravos não transmissíveis/DANT, sendo que as causas externas e as doenças do aparelho circulatório ocuparam, eos dois primeiros lugares no ranking da mortalidade geral. As causas externas estiveram em primeiro lugar no ranking em 2012, 2013 e em 2015, enquanto que as doenças do aparelho circulatório estiveram nos demais anos analisados em primeiro lugar.

Em 2016, a mortalidade proporcional por doenças do aparelho circulatório foi de 18,12% e por causas externas, 17,78%, demonstrando o quanto estas doenças e agravos não transmissíveis são importantes problemas no tocante ao acesso aos serviços de referência especializados, principalmente para o atendimento das intercorrências neurológicas e traumato-ortopédicas e cardiovasculares.

Observa-se que em 2016, os óbitos por causas externas, representaram uma mortalidade proporcional de 17,78% (363). Os homicídios ocuparam o primeiro lugar, com 52,91% (191) e os acidentes de transportes, o segundo lugar, com 21,05% (76), dentre os óbitos por causas externas, segundo registro do Sistema de Informações sobre Mortalidade/SIM.

Com relação a mortalidade infantil, o período de 2012 a 2016, os dados sugerem haver um aumento nas taxas de todos os seus componentes sendo que estes corroboram com as estatísticas do Brasil para o ano de 2012, com a tendência de maior ocorrência da mortalidade infantil nos primeiros momentos da vida, e confirmam a complexidade da redução no componente neonatal.

Analisando o comportamento da mortalidade materna no município de Porto Velho, nos anos de 2012 a 2016, temos o registro de 40 óbitos maternos, dos quais, 24 mortes maternas foram por causas obstétricas diretas, ou seja, por causas que ocorreram por complicações obstétricas durante a gravidez, o parto e o puerpério, representando 60% do total de óbitos maternos registrados, 09 óbitos por causas obstétricas indiretas (22,5%), ou seja, resultante de doenças que existiam antes da gravidez ou que se desenvolveram durante esse período, não provocadas por causas obstétricas diretas, mas agravadas pelos efeitos fisiológicos da gravidez e 07 mortes maternas tardias (17,5%).

O Relatório Detalhado do 2ª Quadrimestre de 2017 (maio a agosto) relativo às ações e serviços de

saúde segue as recomendações do o Artigo nº 36, da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Relatório Detalhado de Prestação de Contas passou a ser quadrimestral e deve ser elaborado de acordo com modelo padronizado e aprovado pela Resolução nº 459, de 10 de outubro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2. Montante e fonte de recursos aplicados no período (Fonte: SIOPS)

2.1 Relatório resumido de execução orçamentária - RREO

RECEITA PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	230.001.795,00	230.001.795,00	138.373.577,46	60,16
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	19.991.880,00	19.991.880,00	17.889.397,90	89,48
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	8.815.091,00	8.815.091,00	5.798.842,19	65,78
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	158.448.571,00	158.448.571,00	82.544.837,12	52,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	39.371.860,00	39.371.860,00	29.494.975,08	74,91
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	396.582,00	396.582,00	207.902,16	52,42
Dívida Ativa dos Impostos	2.977.811,00	2.977.811,00	2.437.623,01	81,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	487.720.253,00	487.720.253,00	358.618.091,49	73,53
Cota-Parte FPM	202.188.671,00	202.188.671,00	140.963.133,82	69,71
Cota-Parte ITR	174.480,00	174.480,00	39.950,30	22,89
Cota-Parte IPVA	50.350.940,00	50.350.940,00	36.628.787,25	72,74
Cota-Parte ICMS	233.569.271,00	233.569.271,00	179.783.192,34	76,97
Cota-Parte IPI-Exportação	1.119.371,00	1.119.371,00	944.269,38	84,35
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	317.520,00	317.520,00	258.758,40	81,49
Desoneração ICMS (LC 87/96)	317.520,00	317.520,00	258.758,40	81,49
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	717.722.048,00	717.722.048,00	496.991.668,95	69,25
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	86.236.290,00	86.236.290,00	54.333.606,22	63,01
Provenientes da União	83.777.130,00	83.777.130,00	52.662.876,28	62,86
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	547.445,48	0,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	2.459.160,00	2.459.160,00	1.123.284,46	45,67
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Quadrimestre (d)	% (d/c) x 100
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	86.236.290,00	86.236.290,00	54.333.606,22	63,00

DESPEAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPEAS EMPENHADAS		DESPEAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Quadrimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPEAS CORRENTES	241.543.900,00	262.130.121,28	178.058.711,19	67,93	161.991.875,97	61,79
Pessoal e Encargos Sociais	150.063.483,00	176.863.449,29	127.698.219,67	72,20	127.678.671,93	72,18
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	91.480.417,00	85.266.671,99	50.360.491,52	59,06	34.313.204,04	40,24
DESPEAS DE CAPITAL	14.266.176,00	16.273.503,99	1.815.658,63	11,16	850.550,73	5,22
Investimentos	14.266.176,00	16.251.003,99	1.793.158,63	11,03	850.550,73	5,23
Inversões Financeiras	0,00	22.500,00	22.500,00	100,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPEAS COM SAÚDE (IV)	255.810.076,00	278.403.625,27	179.874.369,82	64,60	162.842.426,70	58,49

DESPEAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS		DESPEAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPEAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPEAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		51.426.229,31	28,59	35.693.311,52	21,92
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		50.721.139,79	28,20	34.988.223,12	21,49
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		705.089,52	0,39	705.088,40	0,43
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (h)	% (h/Vf)x100	Até o Quadrimestre (i)	% (i/Vg)x100
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE N EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A	51.426.229,31	28,59	35.693.311,52	21,92

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V) = (IV - V)		N/A	128.448.140,51	71,41	127.149.115,18	78,08
--	--	-----	----------------	-------	----------------	-------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ E 5	VALOR
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb X 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴ E 5	25,58

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII-(15*IIIb)/100)] ⁶	VALOR
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - (15*IIIb)/100)] ⁶	52.600.364,84

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADO S/ PRESCRITO	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	117.890,00	105.000,00	12.890,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	925.193,00	642.164,00	283.029,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	63.755,00	55.136,00	8.618,00	0,00	0,00
Total	1.106.836,00	802.300,00	304.537,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadadas no exercício de referência(I)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadadas no exercício de referência(l)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		RECEITAS LIQUIDADAS	
			Até o Quadrimestre (l)	% (l/total l)x100	Até o Quadrimestre (m)	% (m/total m) x100
Atenção Básica	20.487.767,00	22.820.160,60	10.334.656,44	5,75	9.215.124,75	5,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	42.121.025,00	41.343.764,74	22.363.835,48	12,43	10.509.067,69	6,45
Suporte Profilático e Terapêutico	6.086.262,00	8.213.150,88	3.734.516,19	2,08	1.630.734,11	1,00
Vigilância Sanitária	468.000,00	468.000,00	34.865,00	0,02	8.865,00	0,01
Vigilância Epidemiológica	7.898.454,00	8.240.014,76	3.906.811,19	2,17	3.707.140,10	2,28
Alimentação e Nutrição	5.040.000,00	10.240.000,00	8.684.766,59	4,83	8.684.766,59	5,33
Outras Subfunções	173.708.568,00	187.078.534,29	130.814.918,93	72,73	129.086.728,46	79,27
TOTAL	255.810.076,00	278.403.625,27	179.874.369,82	100,00	162.842.426,70	100,00

Análise e Considerações Gerais

Da receita total geral prevista para o município, foi arrecado até o 2º quadrimestre o percentual de 69,25% no montante de R\$ 496.991.668,95. Das despesas previstas com recurso para a saúde, no 2º quadrimestre provenientes da União (R\$ 52.662.876,28) e do Estado (R\$ 547.445,48 - valor exclusivo para Assistência Farmacêutica) o percentual de 63,51% no montante de R\$ 53.210.321,76. Do montante da receita própria efetivamente arrecadada o município repassou para gastos com saúde o percentual de 26,14%, no 1º quadrimestre e 25,58% no 2º quadrimestre. Desta forma o município tem atendido a Constituição Federal em ser art. 198, parágrafo 2º, inciso III e a Lei nº 101/2000.

2.2 Relatório da execução financeira por bloco de financiamento (Fonte: SIOPS)

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios ³										
Atenção básica	15.962.915,28	0,00	0,00	0,00	0,00	15.962.915,28	22.820.160,60	10.334.656,44	9.215.124,75	9.115.854,89	127.007,87	0,00	6.720.052,52
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	7.083.216,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.083.216,00	14.886.637,41	6.241.911,52	5.521.633,46	5.447.651,10	127.007,87	0,00	1.508.557,03
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	8.483.126,40	0,00	0,00	0,00	0,00	8.879.699,28	7.933.523,19	4.092.744,92	3.693.491,29	3.668.203,79	0,00	0,00	5.211.495,49
Saúde da Família	3.665.410,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.665.410,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.665.410,00
Agentes Comunitários de Saúde	3.551.636,40	0,00	0,00	0,00	0,00	3.551.636,40	5.773.523,19	3.580.558,08	3.518.539,85	3.518.539,85	0,00	0,00	33.096,55
Saúde Bucal	1.106.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.106.080,00	2.160.000,00	512.186,84	174.951,44	149.663,94	0,00	0,00	956.416,06
Núcleo Apoio Saúde Família	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.000,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	396.572,88	0,00	0,00	0,00	0,00	396.572,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	396.572,88
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	27.132.838,76	0,00	0,00	0,00	0,00	27.132.838,76	41.343.764,74	22.363.835,48	10.509.067,69	10.498.081,03	0,00	0,00	16.634.757,73
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	20.063.018,72	0,00	0,00	0,00	0,00	20.063.018,72	41.148.764,74	22.350.496,48	10.509.067,69	10.498.081,03	0,00	0,00	9.564.937,69
Teto financeiro	16.960.978,72	0,00	0,00	0,00	0,00	16.960.978,72	36.468.458,74	19.550.727,74	9.129.543,03	9.118.556,37	0,00	0,00	7.842.422,35
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	2.868.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.868.840,00	2.970.000,00	2.311.962,38	1.266.586,15	1.266.586,15	0,00	0,00	1.602.253,85
CEO- Centro Espec. Odontológica	233.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.200,00
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.710.306,00	487.806,36	112.938,51	112.938,51	0,00	0,00	-112.938,51
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	7.069.820,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7.069.820,04	195.000,00	13.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.069.820,04
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	7.069.820,04	0,00	0,00	0,00	0,00	7.069.820,04	195.000,00	13.339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.069.820,04
Vigilância em Saúde	4.419.477,70	0,00	0,00	0,00	0,00	4.419.477,70	9.113.014,76	4.193.043,46	3.848.376,01	3.847.998,05	0,00	0,00	571.479,65
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.240.014,76	3.906.811,19	3.707.140,10	3.707.140,10	0,00	0,00	-3.707.140,10
Vigilância Sanitária	267.850,19	0,00	0,00	0,00	0,00	267.850,19	468.000,00	34.865,00	8.865,00	8.487,04	0,00	0,00	259.363,15
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	4.151.627,51	0,00	0,00	0,00	0,00	4.151.627,51	405.000,00	251.367,27	132.370,91	132.370,91	0,00	0,00	4.019.256,60
Assistência Farmacêutica	1.955.211,54	547.445,48	0,00	0,00	0,00	2.502.657,02	6.053.150,88	3.222.329,35	1.455.782,67	1.455.782,67	0,00	0,00	1.046.874,35
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	1.755.211,54	547.445,48	0,00	0,00	0,00	2.302.657,02	5.738.150,88	2.995.135,31	1.303.984,90	1.303.984,90	0,00	0,00	998.672,12
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315.000,00	227.194,04	151.797,77	151.797,77	0,00	0,00	-151.797,77
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Gestão do SUS	1.392.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.500,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.500,00
Qualificação da Gestão do SUS	1.392.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.500,00	122.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.392.500,00

Bloco de Financiamento	RECEITAS						DESPESAS(7)				MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA (8)		
	Transferências fundo a fundo			Op. de Crédito Atend-Outros 3.1	Recursos Próprios	Total	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resto a Pagar Outros Pagtos	Saldo Financeiro no Exercício Anterior	Saldo Financeiro no Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios³										
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	1.799.933,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.799.933,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.799.933,00
Outras	0,00	0,00	0,00	1.123.284,46	128.448.140,51	129.571.424,97	198.950.734,29	139.760.505,09	137.814.075,58	137.767.622,90	42.233,48	34.831.203,01	26.592.771,60

Análise e Considerações Gerais

Da receita total geral prevista para o município, foi arrecado até o 2º quadrimestre o percentual de 69,25% no montante de R\$ 496.991.668,95. Das despesas previstas com recurso para a saúde, no 2º quadrimestre provenientes da União (R\$ 52.662.876,28) e do Estado (R\$ 547.445,48 - valor exclusivo para Assistência Farmacêutica) o percentual de 63,51% no montante de R\$ 53.210.321,76. Do montante da receita própria efetivamente arrecadada o município repassou para gastos com saúde o percentual de 26,14%, no 1º quadrimestre e 25,58% no 2º quadrimestre. Desta forma o município tem atendido a Constituição Federal em ser art. 198, parágrafo 2º, inciso III e a Lei nº 101/2000.

2.3 INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

INDICADORES		RESULTADO ATÉ O QUADRIMESTRE (%)
1.1	Participação % da receita de impostos na receita total do Município	14,84
1.2	Participação % das transferências intergovernamentais na receita total	63,39
1.3	Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de	9,09
1.4	Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de	96,93
1.5	Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no	19,88
1.6	Participação % da Receita de Impostos e Transferências	53,30
1.7	Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00
2.1	Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do	R\$318,54
2.2	Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	78,41
2.3	Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com	1,82
2.4	Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na	7,30
2.5	Participação % da despesa com investimentos na despesa total com	0,52
3.1	% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do	33,37
3.2	% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	25,58

Análise e Considerações

Da receita total geral prevista para o município, foi arrecado até o 2º quadrimestre o percentual de 69,25% no montante de R\$ 496.991.668,95. Das despesas previstas com recurso para a saúde, no 2º quadrimestre provenientes da União (R\$ 52.662.876,28) e do Estado (R\$ 547.445,48 - valor exclusivo para Assistência Farmacêutica) o percentual de 63,51% no montante de R\$ 53.210.321,76. Do montante da receita própria efetivamente arrecadada o município repassou para gastos com saúde o percentual de 26,14%, no 1º quadrimestre e 25,58% no 2º quadrimestre. Desta forma o município tem atendido a Constituição Federal em ser art. 198, parágrafo 2º, inciso III e a Lei nº 101/2000.

3. Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações

3.1 AUDITORIAS REALIZADAS

Não existe auditorias realizadas ou em fase de execução

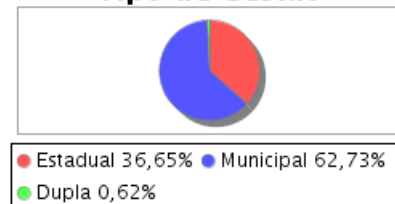
4 - Oferta e produção de Serviços Públicos na Rede Assistencial própria contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

4.1 RELATÓRIO TIPO DE ESTABELECIMENTO E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO (FONTE: SCNES)

4.1.1 TIPO GESTÃO

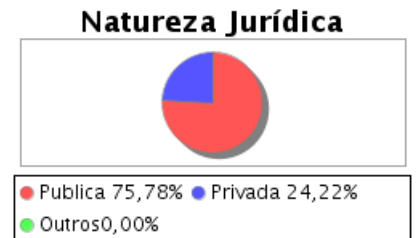
TIPO DE ESTABELECIMENTO	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNICI	ESTAD	DUPL
CENTRAL DE GESTAO EM SAUDE	2	1	1	0
CENTRAL DE NOTIFICACAO,	1	0	1	0
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	4	1	3	0
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA	1	0	1	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	4	3	1	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	41	39	2	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	20	5	15	0
CONSULTORIO ISOLADO	2	1	1	0
COOPERATIVA OU EMPRESA DE	1	0	1	0
FARMACIA	4	3	1	0
HOSPITAL ESPECIALIZADO	4	1	3	0
HOSPITAL GERAL	6	0	6	0
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	3	0	3	0
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE	1	1	0	0
LABORATORIO DE SAUDE PUBLICA	1	0	1	0
POLICLINICA	3	2	1	0
POSTO DE SAUDE	16	16	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	4	4	0	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E	21	6	14	1
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE	6	6	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	3	2	1	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-	8	7	1	0
UNIDADE MOVEL FLUVIAL	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	3	1	2	0
Total	161	101	59	1

Tipo de Gestão



4.1.2 NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)	TOTAL	TIPO DE GESTÃO		
		MUNIC	ESTAD	DUPLA
FEDERAL	7	7	0	0
ESTADUAL	26	0	26	0
MUNICIPAL	89	89	0	0
PRIVADA	39	5	33	1
Total	161	101	59	1



Justificativa da dupla gestão

Não se aplica.

Análise e considerações

Unidades cadastradas no CNES do Município de Porto Velho/RO:

- 01 Central de Gestão em Saúde (Semusa).
- 01 Central de Regulação para Consultas e exames (sede Semusa).
- 01 Central de Regulação médicas (SAMU).
- 03 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS Ad, CAPS II e CAPs Infantil).
- 38 Centro de Saúde/Unidade Básica, sendo 20 Urbana, 18 Rural e 16 Postos de Saúde
- 05 Clínica/centro de especialidade: 01 Serviço de Atendimento Especializado - SAE, 03 Centro de Especialidades Odontológicas - CEOs, sendo 01 zona sul 02 Zona leste; 01 Centro de Reabilitação.
- 01 Hospital Especializado (Maternidade Municipal Mãe Esperança).
- 01 Laboratório Central Municipal – LACEN (Policlínica Rafael Vaz e Silva).
- 02 Policlínicas (Centro de Especialidades Médicas e Policlínica Rafael Vaz e Silva).
- 04 Unidade de apoio Diagnose e terapia (Centro de Referência Saúde da Criança; Centro de Referência Saúde da Mulher, Serviço de apoio e diagnóstico da Zona Leste).
- 04 Pronto Atendimento (01 UPA Zona Leste e 01 UPA Zona Sul, Dra Ana Adelaide e Dr. José Adelino da Silva).
- 02 Unidades de Vigilância em Saúde (Departamento de Controle e Zoonoses e Departamento de Vigilância Sanitária).
- 07 Unidades móveis de nível pre-hospitalar na área de Urgência (06 Ambulância Unidade de Suporte Avançado e 01 Unidade de Suporte Avançado).
- 01 Unidade móvel fluvial (Unidade de Saúde Dr. Floriano Riva Filho).

* Serviços DSI que aparecem como serviços municipais: 01 Unidade odontológica móvel do Dsei Porto Velho, Unidades de Atenção à Saúde Indígena

*As Farmácias Opopulares foram desativadas pelo Ministério da Saúde a partir de junho de 2017.

4.2.1 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS
	QTD. APROVADA
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	240.729,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	54.353,00
03 Procedimentos clínicos	323.941,00
04 Procedimentos cirúrgicos	12.929,00
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00
06 Medicamentos	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00
Total	631.952,00

4.2.2 PRODUÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.446,00	27.645,26	0,00	0,00
03 Procedimentos clínicos	132,00	658,44	1.150,00	609.460,87
04 Procedimentos cirúrgicos	10.928,00	320.234,88	610,00	327.275,28
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	12.506,00	348.538,58	1.760,00	936.736,15

4.2.3 PRODUÇÃO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL POR FORMA DE ORGANIZAÇÃO

FORMA ORGANIZAÇÃO	SISTEMA DE INFORMAÇÃO AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
030108 Atendimento/Acompanhamento psicossocial	1.856,00	1.981,25	0,00	0,00
030317 Tratamento dos transtornos mentais e comportamentais	0,00	0,00	0,00	0,00

4.2.4 PRODUÇÃO DA ATENÇÃO AMBULATORIAL ESPECIALIZADA E HOSPITALAR POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS		SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO	AIH PAGAS	VALOR TOTAL
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	874,00	2.359,80	0,00	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	472.057,00	2.530.074,93	0,00	0,00
03 Procedimentos clínicos	544.131,00	2.983.704,14	1.151,00	609.660,20
04 Procedimentos cirúrgicos	16.042,00	451.931,65	915,00	427.872,46
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.033.104,00	5.968.070,52	2.066,00	1.037.532,66

4.2.5 PRODUÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

4.2.6 PRODUÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE POR GRUPO DE PROCEDIMENTOS

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO
01 Ações de promoção e prevenção em saúde	7.895,00	0,00
02 Procedimentos com finalidade diagnóstica	427,00	0,00
03 Procedimentos clínicos	0,00	0,00
04 Procedimentos cirúrgicos	0,00	0,00
05 Transplantes de órgãos, tecidos e células	0,00	0,00
06 Medicamentos	0,00	0,00
07 Órteses, próteses e materiais especiais	0,00	0,00
08 Ações complementares da atenção à saúde	0,00	0,00

GRUPO PROCEDIMENTO	SISTEMA DE INFORMAÇÕES AMBULATORIAIS	
	QTD. APROVADA	VALOR APROVADO
Total	8.322,00	0,00

Análise e Considerações

As planilhas apresentadas referem-se à produção aprovada dos estabelecimentos sob gestão municipal. Os dados foram colhidos dos arquivos disponibilizados pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS, do Ministério da Saúde, de acordo com instrutivo do Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS, os quais foram extraídos, segundo a Complexidade dos Procedimentos, Caráter de Atendimento, Tipo de Financiamento e Valor Pago, em consonância com a Tabela SUS. Os dados ora apresentados inferem procedimentos/internações processados nos meses de janeiro a abril de 2017, com valores pagos pela Tabela SUS, sem referir os incentivos municipal, estadual e federal.

Também não constam dados no campo “valor aprovado” da Vigilância em Saúde, uma vez que os procedimentos apresentados não são valorados na Tabela SUS, por serem procedimentos da Atenção Básica.

O grupo de procedimentos da complexidade Atenção Básica (AB) é composto por: ações de promoção e prevenção em saúde, procedimentos com finalidade diagnóstica, procedimentos clínicos, procedimentos cirúrgicos e ações complementares de atenção à saúde. Dessa forma, conforme se observa no 2º quadrimestre de 2017, a produção total da Atenção Básica foi de 632.952,00 ações e procedimentos, com destaque para o grupo de procedimentos clínicos, que em todos os períodos analisados apresentou a maior produção totalizando 323.941,00 atendimentos.

Com relação às ações de promoção e prevenção em saúde, observa-se que as mesmas totalizaram 240.729,00 no 2º quadrimestre de 2017, resultado inferior do 2º quadrimestre de 2016 (296.482,00), neste eixo podemos destacar: as atividades de prevenção na atenção em saúde bucal (22.546,00/26.217,00) e avaliação antropométrica (100.095,00/107.324,00).

No que diz respeito aos procedimentos com finalidade diagnóstica, obteve-se 54.353,00 no 2º quadrimestre de 2017, resultado inferior ao quadrimestre de 2016 (88.915,00). Importante ressaltar que dentre esses procedimentos a coleta de material p/ exame citopatológico de colo uterino em comparação ao que no 2º quadrimestre de 2016 percebe-se uma diminuição de 5,6% que pode estar relacionado com a falta de insumos no período.

Cabe enfatizar que a partir da implantação do sistema e-SUS, ao se contabilizar os dados de forma automática, possíveis erros e valores subestimados/superestimados da produção ambulatorial tendem a ser minimizados quando comparados ao registro em fichas de papel.

Salientamos também que a diminuição na produção total em relação 2016, pode ser decorrente de problemas de transmissão de dados das equipes que possuem sistema e-SUS, cujas produções ambulatoriais passaram a ser exportadas diretamente deste sistema para o SIA/SUS.

Há que se considerar ainda os atrasos nos repasses de recursos e as dificuldades de financiamento nos níveis federal e estadual, que impactam de forma importante nos serviços prestados pela Atenção Básica.

Todos estes dados estão sujeitos a alterações, considerando a possibilidade de reapresentações das produções no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA e Sistema de Informação Hospitalar - SIH.

4.3 Relatório de indicadores de saúde da população (Fontes: Sispecto, Tabnet e outras)

Diretriz 1 - Garantia do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada.

Objetivo 1.1 - Utilização de mecanismos que propiciem a ampliação do acesso a atenção básica.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	64	2222.22	Número
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
<p>indicador selecionado considerando a centralidade da Atenção Básica noSUS, com a proposta de constituir-se como ordenadora do cuidado nos sistemas locais regionais de Saúde e eixo estruturante de programas e projetos; além de favorecer a capacidade resolutiva e os processos de territorialização e regionalização em saúde</p>			

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	55	22222.22	Número
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
<p>Medir a ampliação de acesso a serviços de saúde bucal na população no âmbito da Atenção Básica. Possibilitar a análise da situação atual dos serviços ofertados, estimar a necessidade de melhorias e onde devem ser realizadas. Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o acesso aos serviços da Rede de Atenção à Saúde.</p>			

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de exodontia em relação aos procedimentos	4	222.22	PROPORÇÃO
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
<p>garantir acesso</p>			

Objetivo 1.2 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento a política de atenção básica e da atenção especializada.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	64	59.61	%
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
<p>Com relação a cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica, a meta é manter o valor de cobertura atual, pois no ano de 2017, não está previsto a implantação de novas equipes devido a lei de responsabilidade fiscal. Neste 2º quadrimestre, 5 equipes de Saúde da Família foram descredenciadas.</p>			

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica	55	46.86	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Para a cobertura populacional estimada de saúde bucal na atenção básica a meta anual propõe manter o percentual existente, pois para o ano de 2017 não está previsto a implantação de novas equipes devido a lei de responsabilidade fiscal. No 2º quadrimestre houve uma diminuição do número de equipes de saúde bucal em 14,29%, o que representa o universo de 5 equipes.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de exodontia em relação aos procedimentos	4	4.04	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Este indicador tem como objetivo reduzir o número de exodontia na população. em comparação ao 1º quadrimestre, observa-se uma redução pouco significativa o que reforça a necessidade de intensificar as atividades de ações coletivas de educação em saúde em escolares e na comunidade em geral.

Diretriz 3 - Promoção da atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementação da "Rede Cegonha", com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Objetivo 3.1 - Fortalecer e ampliar as ações de Prevenção, detecção precoce e tratamento oportuno do Câncer de Mama e do Colo de Útero.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente	42	0.07	RAZÃO

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A representatividade de 1/3 da população feminina de 25 a 64 anos é de 35.704 mulheres. No 2º quadrimestre foram coletados 2.420 exames exames citopatológicos do colo do útero, nos meses de maio a julho, pois o Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SAUS) ainda não disponibilizou os dados de agosto. Observa-se que no 2º quadrimestre houve um implemento no número de exames realizados na faixa etária preconizada.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população re	35	0.08	RAZÃO

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A representatividade de 1/2 da população feminina de 50 a 69 anos é de 12.029,50. No 2º quadrimestre foram realizados 952 exames de mamografia de rastreamento, o que representa um universo de 7,91% da população em comento. Importante salientar que o Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA-SUS) ainda não disponibilizou os dados de agosto para o fechamento do 2º quadrimestre. Estima-se que cerca de 25 a 30% das mortes por câncer de mama da população entre 50 a 69 anos podem ser evitadas com estratégia de rastreamento populacional que garantam a alta cobertura da população alvo, qualidade dos exames e tratamento adequado (WHO, 2008).

Objetivo 3.2 - Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois	75	0	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

As vacinas Pentavalente, Poliomielite, Pneumocócica 10-valente e Tríplica viral tem como meta do Ministério da Saúde o alcance de 95%. Analisando os dados registrados no 2º quadrimestre observa-se o seguinte perfil quanto à cobertura vacinal: Pentavalente (59,76%), Poliomielite (60,32%), Pneumocócica (76,12%) e a Tríplica Viral (63,96%). Sendo assim não alcançamos a cobertura das 4 vacinas selecionadas em menor de 1 ano. Eventualmente neste período, registra-se um comportamento de subregistro de dados devido à implantação do Sistema de Informação SI-PNI que está em transição até o momento.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	9	36	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 2º quadrimestre foi organizado uma atividade de educação contunuada com os profissionais da estratégia saúde da família intitulada como "Atualização em sífilis para profissionais da atenção básica". Foram sensibilidos cerca de 98 participantes entre eles: 39 enfermeiros, 34 médicos, 25 dentistas, bioquímico e farmacêutico, profissionais do Serviço de Atendimento Especializado - SAE e Consultório na Rua.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos novos de aids em menores de 5 anos.	1	0	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Até o momento não houve a ocorrência de casos novos de Aids em menores de 5 anos.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Taxa de mortalidade infantil	11	4.71	/1000

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No segundo quadrimestre tivemos a ocorrência de 4,71 óbitos infantis a cada 1.000 nascidos vivos. A taxa de mortalidade infantil tem por objetivo monitorar a assistência pré-natal, a vinculação da gestante ao local de ocorrência do parto evitando a sua peregrinação e as boas práticas durante o atendimento ao parto e nascimento e a qualidade da atenção hospitalar ofertada a crianças menores de 1 ano.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	10	2	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 2º quadrimestre tivemos 2 óbitos em maio e junho respectivamente, causada por: como Outras doenças maternas classificadas em outra parte (COP) mas que complicam a gravidez, o parto e o puerpério. Importante ressaltar que os óbitos maternos encerram-se somente com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional. Além disso, o prazo estabelecido para o encerramento da investigação do óbito definido por portaria é de até 120 dias a contar da data de ocorrência.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados.	81	74	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 2º Quadrimestre ocorreram 50 óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos). Destes casos, o grupo de trabalho investigou e acompanhou 74% dos casos notificados registrados no Sistema de Informação de Mortalidade -SIM mostrando que as causas mais frequentes estão relacionadas com: 1º e 2º Neoplasias (tumores) - 19,60%, e Causas externas de morbidade e mortalidade - 19,60% e 3º) Doenças infecciosas e parasitárias - 17,64%. Importante salientar que os óbitos de mulheres em idade fértil encerram-se somente com o fechamento anual da base de dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) nacional. Além disso, o prazo estabelecido para o encerramento da investigação do óbito definido por portaria, é de até 120 dias a contar da data de ocorrência.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos	19	18.92	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

A proporção de gravidez na adolescência tem por objetivo nortear as ações de saúde nas unidades básicas, escolas (programa saúde na escola) e maternidades no território. além disso, pode subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar	56	46.7	%
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
Na Maternidade Municipal Mães Esperança este indicador chega a alcançar 75% de proporção de parto normal, porém o SINASC - Sistema de Informação de Nascidos Vivos busca partos normais de todas as maternidade existente na Rede SUS (Estadual e Municipal) e serviços privadas. Sendo assim, precisamos levar em consideração que a maternidade do Hospital de Base Ary Pinheiro é referencial estadual para partos de alto risco e está inserido em Porto Velho.			

Diretriz 4 - Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de crack e outras drogas.			
Objetivo 4.1 - Ampliar o acesso à atenção psicossocial da população em geral, de forma articulada com os demais pontos de atenção em saúde e outros pontos intersetoriais.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica	100	28	%
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
A meta é realizar 36 ações de matriciamento ao ano, sendo 12 ao ano para cada CAPS.			

Diretriz 5 - Garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e fortalecimento das ações de promoção e prevenção.			
Objetivo 5.1 - Melhoria das condições de Saúde do Idoso e portadores de doenças crônicas mediante qualificação da gestão e das redes de atenção.			
INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Taxa de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais DCNT	118	81.25	/100.000
ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES			
A taxa de óbitos prematuros de 30 a 69 anos pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas tem como objetivo o monitoramento da mortalidade que representam a maior causa de óbitos em todo o país. Além de ser um importante parâmetro para planejamento e pactuação de serviços de saúde, em todos os níveis de atenção, voltados aos portadores de doenças crônicas. A proposta municipal é reduzir esse indicador em pelo menos 2% ao ano por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.			

Diretriz 7 - Redução dos riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.			
Objetivo 7.1 - Fortalecer a promoção e vigilância em saúde.			

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Proporção de registro de óbitos com causa básica definida.	90	92.97	%

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 2º quadrimestre ocorreram 711 óbitos, no entanto 661 óbitos foram registrados a causa básica definida, representando um total de 92,97% que ultrapassa a meta pactuada sendo assim possibilita a inferência sobre a qualidade das informações relativas às causas de mortalidade.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Número de casos autóctones de malária.	2582	856	N.Absoluto

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

Comparando o número de casos autóctones de malária do 2º quadrimestre de 2016, foi observado que houve um aumento de 6% em comparação ao 2º quadrimestre de 2017.

INDICADOR	META ANUAL	RESULTADO NO QUADRIMESTRE	UNIDADE DE MEDIDA
Nº de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle da dengue	3	0	Ciclos

ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES

No 2º quadrimestre foi realizado 1 ciclo sendo que este atingiu a meta de 34,24 % de imóveis visitados. Como entraves para este indicador temos o déficit de recursos humanos bem como a falta de integração da atenção básica com as ações de vigilância em saúde com relação ao controle do Aedes Aegypti.

5. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS

Considerações Gerais

No 2º quadrimestre de 2017 os entraves de ordem administrativa permanecem principalmente no que se refere a metodologia de procedimentos processuais instituída Gestão 2017-2021, além de dificuldade para nomeação de chefias nos departamentos estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde para condução dos trabalhos.

6. STATUS DO RELATÓRIO DETALHADO DO QUADRIMESTRE

6.1 Apresentação no Conselho

Data de apresentação no Conselho de Saúde:

6.2 Solicitação de apresentação na Casa Legislativa

Data de solicitação da Audiência Pública: 15/08/2017

6.3 Apresentação na Casa Legislativa

Data de apresentação na Casa Legislativa: 18/10/2017

7. ARQUIVOS ANEXOS

Documento
RelatorioQuadrimestral.pdf

PORTO VELHO - RO, ____ de _____ de ____.



SARGSUS - Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão